

**CURADORIA DO MEIO AMBIENTE**  
**Inquérito Civil n. 06.2018.00005986-2**

***Ementa:** Compensação do dano ambiental (operação da empresa Hacker Industria Ltda. em desacordo com a LAO) e regularizar a licença ambiental.*

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA n. 0006/2019/02PJ/XXÊ**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por meio da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xanxerê/SC, situada no Edifício Classic Center – Rua Fidêncio de Souza Mello, n. 169, centro, Xanxerê/SC, neste ato representado pelo Promotor de Justiça Doutor Marcos Augusto Brandalise, doravante denominado **COMPROMITENTE**, e a empresa **HACKER INDUSTRIAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede e no Município de Xanxerê/SC, sito à Rodovia SC 480, Km 82,5, Vila Hacker, CNPJ nº 83.430.355/0001-48, representada neste ato pelo senhor **Celso Osmar Knoner**, inscrito no CPF n. 945.333.938-53 e RG n. 00004498654/SSPSC doravante denominado **COMPROMISSÁRIO** consoante o disposto no artigo 5º, § 6º, da Lei Federal n. 7.347/1985, artigo 89 da lei Complementar Estadual n. 197/2000, arts. 25 à 36 do Ato n. 395/2018/PGJ e art. 14 da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, e:

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição da República);

**CONSIDERANDO** que o art. 82, XII, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar n. 197/2000), estabelece como função institucional do Ministério Público a promoção das ações para defesa do meio

ambiente, facultando-lhe a instauração de medidas administrativas que se fizerem necessárias, conforme art. 83, inciso I, da mesma Lei;

**CONSIDERANDO** que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (artigo 225, *caput*, da Constituição Federal);

**CONSIDERANDO** que o artigo 170, *caput*, da Carta Magna dispõe que a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observando, dentre outros, o seguinte princípio "VI – defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação";

**CONSIDERANDO** a função sócio ambiental da propriedade prevista nos arts. 5º, inciso XXIII; 170, inciso VI, 182, §2º; 186, inciso II e 225, todos da Constituição Federal, e os princípios jurídicos da prevenção, da precaução e do poluidor pagador;

**CONSIDERANDO** a função socioambiental da propriedade prevista nos arts. 5º, inciso XXIII, 170, inciso VI, 182, § 2º, 186, inciso II e 225, todos da Constituição da República;

**CONSIDERANDO** que o direito de propriedade será exercido com as limitações que a legislação estabelece, ficando o proprietário ou posseiro obrigado a respeitar as normas e regulamentos administrativos;

**CONSIDERANDO** que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (artigo 225, *caput*, da Constituição Federal);

**CONSIDERANDO** que o artigo 170, *caput*, da Carta Magna

dispõe que a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observando, dentre outros, o seguinte princípio "VI – defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação";

**CONSIDERANDO** que a Resolução n. 13 do CONSEMA lista as atividades consideradas potencialmente causadoras de degradação ambiental;

**CONSIDERANDO** o caráter preventivo, retributivo e curativo do princípio de responsabilidade civil ambiental denominado "poluidor-pagador";

**CONSIDERANDO** que restou apurado que a empresa Hacker Industrial Ltda. operou nos anos de 2015 e 2016 sem cumprir as exigências da LAO;

**CONSIDERANDO** que o compromissário manifestou o interesse na solução voluntária das obrigações, mediante Termo de Ajustamento Conduta;

E, por fim, considerando o teor do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.437/85, e do art. 89 da Lei Complementar Estadual nº 197, de 13 de julho de 2000, os quais facultam ao representante do Ministério Público a possibilidade de lavrar com os interessados termo de compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais, com eficácia de título executivo;

#### **RESOLVEM:**

Celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, doravante denominado TERMO, com fundamento no art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1995 (Lei da Ação Civil Pública), arts. 84 e seguintes da Lei Complementar Estadual n. 197/2000 (Lei Orgânica do Ministério Público de Santa Catarina), art. 19 do Ato n. 335/2014/PGJ e art. 14 da Resolução n. 23 do Conselho Nacional de Justiça – CNMP, de conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

## **TÍTULO I - DO OBJETO**

**CLÁUSULA 1ª** - Este TERMO tem como objeto a reparação do dano ambiental causado ao meio ambiente em razão da empresa Hacker Industrial Ltda. ter operado nos anos de 2015 e 2016 sem cumprir as exigências da LAO, causando riscos ao meio ambiente;

## **TÍTULO II - DAS OBRIGAÇÕES**

### **DAS OBRIGAÇÕES DOS COMPROMISSÁRIOS**

**CLÁUSULA 2ª** - O **COMPROMISSÁRIO** se compromete em comprovar a regularização da LAO, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias dias da assinatura do presente TERMO , consistente em apresentar os programas ambientais.

**Parágrafo Único:** O **COMPROMISSÁRIO** informou que já realizou o Projeto de Recuperação de Área Degradada – PRAD, bem como informou que tal projeto já esta aprovado pelo órgão competente, inclusive com a expedição da respectiva LAO.

## **TÍTULO III – DAS MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO INDENIZATÓRIA**

**CLÁUSULA 3ª** – O **COMPROMISSÁRIO**, como medida de compensação indenizatória pelos danos provocados ao meio ambiente, pagará a quantia de **R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**, cujo valor será revertido 50% (cinquenta por cento) ao Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (FRBL) e 50% ao Fundo Municipal de Reconstituição de Bens Lesados (CNPJ 83.009.860/0001-13).

**Parágrafo primeiro** – o pagamento será realizado em 30 (trinta) dias da assinatura do presente TERMO.

**Parágrafo segundo** – o pagamento ao Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (FRBL) será recolhido por boleto bancário que será enviado após a assinatura do presente TERMO e o pagamento ao Fundo Municipal de Reconstituição de Bens Lesados será realizado mediante depósito na conta n. 43.529-5, Banco do Brasil, agência

0586-x, CNPJ 83.009.860/0001-13.

**Parágrafo terceiro** - para comprovação desta obrigação, o **EMPRESA COMPROMISSÁRIA** obriga-se a apresentar a esta Promotoria de Justiça cópia dos comprovante(s) de pagamento em até 10 (e) dias após a data de pagamento.

#### **TÍTULO IV – DAS CLÁUSULAS PENAIS**

**CLÁUSULA 4ª** – Na hipótese de descumprimento e/ou atraso de quaisquer das obrigações assumidas neste TERMO, incorrerá o **COMPROMISSÁRIO** em multa, cujo montante será revertido ao Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (FRBL), sem prejuízo das ações que eventualmente venham a ser propostas, bem como de execução específica das obrigação assumidas, respeitadas as seguintes disposições:

- I – Pelo **atraso** do prazo estipulado na cláusula 2ª incorrerá o **COMPROMISSÁRIO** em multa no valor de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso, com limite de 90 (noventa) dias (termo final);
- II – Pelo **descumprimento** da cláusula 2ª configurado este caso o não cumprimento das obrigações se estenda por mais de 90 (noventa) dias, cessará a incidência de multa diária e, além daquela devida pelos noventa dias de atraso, incidirá os **COMPROMISSÁRIO** em multa no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), reajustado pelo INPC.

**Parágrafo único** – A multa é independente e cumulativa para cada um dos incisos descumpridos.

**CLÁUSULA 5ª** – Comprovada a inexecução dos compromissos previstos nas cláusulas acima facultará ao Ministério Público Estadual a imediata execução judicial do presente título, tanto da multa aplicada quanto da obrigação de fazer estipulada.

**CLÁUSULA 6ª** – As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

**CLÁUSULA 7ª** - Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer

órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

### **TÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS**

**CLÁUSULA 8 - O MINISTÉRIO PÚBLICO** compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial coletiva relacionada ao convencionado no presente TERMO contra a **COMPROMISSÁRIA**, caso venha a ser cumprido integralmente o avençado.

**CLÁUSULA 9** - As partes elegem o foro da Comarca de Xanxerê/SC para dirimir eventuais problemas decorrentes do presente TERMO.

Assim, justo e acertados, firmam as partes o presente Termo de Compromisso, composto por 6 (seis) laudas, em 3 (duas) vias originais de igual teor, e que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º da Lei n. 7.347/85, art. 585, inciso VIII, do Código de Processo Civil e art. 25 do Ato n. 395/2018/PGJ, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, submetendo-se, juntamente com a promoção de arquivamento, à análise do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõe os art. 48, II, e art. 49, ambos do Ato n. 395/2018/PGJ.

Xanxerê, 4 de fevereiro de 2019.

**Celso Osmar Knoner**  
**HACKER INDUSTRIAL LTDA**  
Compromissário

**Clenio Jorge Ferreira**  
Advogado OAB/SC 29.267

**MARCOS AUGUSTO BRANDALISE**  
Promotor de Justiça

Celito Pandolfi Junior  
Assistente de Promotoria  
Testemunha

Taynara Marcon  
Assistente de Promotoria  
Testemunha